



183
13

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo nº. 0120656-0/01 - Comarca de Caruaru

Agravante: José Matias

Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

5714

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA NÃO CONFIGURADA. DIVERÊNCIAS DOS LAUDOS ELABORADOS. AUSÊNCIAS DE OUTRAS PROVAS CAPAZES DE DESCONTITUREM O TRABALHO TÉCNICO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. *In casu*, tem-se que o apelante foi submetido a perícias médicas em Juízo, tendo o perito oficial negado a existência do nexo causal e concluído que as patologias encontradas nos exames não têm relação com o acidente sofrido pelo apelante. Nessa mesma linha, concluiu o laudo apresentado pelo assistente da autarquia apelada. E, de forma contrária, afirmando ter havido redução de sua capacidade laborativa em decorrência da seqüela acidentária, foi o laudo do assistente do autor/recorrente. 2. Ora, para afastar as conclusões do perito, é mister que se apresentem outros elementos seguros e coesos capazes de justificar a descaracterização do laudo técnico apresentado, pois a perícia é prova especializada por excelência, cujo objetivo é suprir conhecimento técnicos que o Juiz, pela natureza deles, não tem ou, pelo menos, presume-se não tê-los. 4. À unanimidade de votos, improveu o recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0120656-0/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia ____/____/____, à unanimidade de votos, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife 20 de 05 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

03 - RA - 0120656-0/01



184
14

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo nº. 0120656-0/01 - Comarca de Caruaru
Agravante: José Matias
Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão proferida por esta relatoria nos autos da apelação cível em apenso, pela qual foi negado seguimento à mesma, mantendo incólume a sentença que julgou improcedente o pedido perseguido pelo autor no sentido de condenar o Instituto agravado no pagamento do benefício da aposentadoria por invalidez.

Em suas razões recursais de fls. 02/05, em síntese, alega a recorrente que o laudo elaborado por sua assistente técnica apresenta elementos seguros e coesos capazes de justificar a descaracterização dos laudos técnicos apresentados pelo Perito Oficial e pelo assistente técnico do agravado.

Aduz que traumatismos podem desencadear doença de coluna de natureza invalidante e, ademais, assevera que o recorrente não foi reabilitado para exercer função diversa da que exercia na época do acidente, fazendo jus aos benefícios da aposentadoria por invalidez acidentária e abono anual.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o regimental para julgamento perante esta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de 05 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



185
15

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo nº. 0130622-7/01 - Comarca de Caruaru
Agravante: José Matias
Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VOTO

Analizando as argumentações apresentadas pela agravante neste recurso de agravo, não as vejo como suficientes a ponto de modificar a minha ótica de apreciação da apelação em apenso.

Depreende dos autos que o recorrido propôs a presente ação acidentária alegando redução da capacidade para o trabalho devido às seqüelas decorrentes do infortúnio sofrido no dia 16.11.1987, enquanto trabalhava na Usina Catente, em consequência de uma queda, que ocasionou fratura no braço direito, coluna e lesão nos pulmões.

É cediço que para concessão do pleito posto nesta demanda há de ser constatado o nexo de causalidade entre o evento e o resultado danoso e, para fins de comprovação dos pressupostos geradores do benefício perseguido, a prova técnica revela-se de essencial importância, devendo o julgador apreciá-la e valorá-la diante do conjunto probatório e da norma jurídica aplicável à espécie.

In casu, tem-se que o apeiante foi submetido a perícias médicas em Juízo, tendo o perito oficial negado a existência do nexo causal e concluído que as queixas do apelante não são compatíveis com o acidente por ele sofrido.

Nessa mesma linha, concluiu o laudo apresentado pelo assistente da autarquia apelada. E, de forma contrária, afirmando ter havido redução de sua capacidade laborativa em decorrência da seqüela acidentária, foi o laudo do assistente do autor/recorrente.

Ora, para afastar as conclusões do perito, é mister que se apresentem outros elementos seguros e coesos capazes de justificar a descaracterização do laudo técnico apresentado, pois a perícia é prova especializada por excelência, cujo objetivo é suprir conhecimento técnicos que o Juiz, pela natureza deles, não tem ou, pelo menos, presume-se não tê-los.

03 - RA - 0120656-0/01



186
16
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

É certo que o magistrado não fica adstrito ao laudo pericial, contudo, necessariamente há de se ter outras provas nos autos a fundamentar sua convicção. No caso vertente, o acervo probante coaduna-se com os laudos que concluíram pela ausência do nexo causal.

Neste sentido são os ementários seguintes:

"PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DO TRABALHO. LER - LESÕES POR ESFORÇOS REPETITIVOS. AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA NÃO CONFIGURADA. CONCLUSÕES INDISCREPANTES DOS LAUDOS PERICIAIS ELABORADOS EM JUÍZO. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O TRABALHO TÉCNICO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. RECURSO DE APELAÇÃO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - Nos termos do art. 436 do Estatuto Processual, o julgador não está adstrito ao laudo pericial apresentado, mas necessita de outras provas fortes o suficiente para desconstitui-lo ou, ao menos, relativizar o seu valor probante. 2 - Os laudos elaborados pelo perito oficial e pelo assistente técnico do INSS não reconheceram o nexo de causalidade entre as lesões e a atividade desenvolvida, além de todos serem taxativos em afirmar que a obreira não sofre qualquer limitação funcional ou seqüelas relacionadas ao trabalho, revelando-se tal constatação motivo suficiente para tranquilizar a manutenção nesta instância revisora da decisão pela improcedência da ação acidentária tomada pela julgadora a quo, diante da ausência dos pressupostos exigidos em lei para concessão do benefício pleiteado. 3 - Recurso de Apelação Improvido. 4 - Decisão Unânime. Apelação Cível nº 148224-6. 13.11.2007. Rel. Des. Fernando Cerqueira".

Em face do exposto, voto no sentido de se negar provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 20 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator